

Um olhar além dos números: uma interpretação qualitativa dos indicadores sociais e demográficos da população idosa no Brasil

Fabio Roberto Bárbolo Alonso

RESUMO: Este artigo pretende realizar uma interpretação qualitativa e esclarecedora dos indicadores sociais, econômicos e demográficos da população idosa do Brasil, obtidos a partir dos estudos realizados pelo IBGE, procurando constatar nos dados e índices pesquisados as reais condições de vida desse segmento, através da identificação de situações patológicas, desigualdades internas e necessidades urgentes, que possam ser sugeridas a partir da análise dos números em questão.

Palavras-chave: indicadores sociais; qualidade de vida; políticas públicas.

ABSTRACT: *This article provides a qualitative interpretation of the social, economic and demographic indicators of the elderly population in Brazil, trying to identify the real living conditions of this segment of the population, based on the identification of pathological situations, internal inequalities and immediate needs that can be suggested by the analysis of the studied figures.*

Keywords: *social indicators; quality of life; public policies.*

Introdução

O Brasil está entre aqueles países que apresentaram, nos últimos anos, um dos mais altos índices de crescimento da população idosa. Estima-se que nosso país possa abrigar a sexta maior população idosa do mundo em meados de 2025.

Por um lado, podemos comemorar, uma vez que tal índice reflete uma possível melhoria das condições de vida da maioria da população, o que fez aumentar a expectativa de vida no país. Por outro lado, a realidade nos mostra uma situação caótica, em que a população idosa cresce em descompasso com a proteção social que lhe seria devida, criando assim um cenário de exclusão, pobreza e abandono para esse segmento.

Devemos entender o quadro atual de nosso país como um momento em que já foi dado o primeiro passo rumo a uma política eficiente de proteção à população idosa, consolidado através de garantias legalmente instituídas, como o Estatuto do Idoso, por exemplo. Resta ainda, porém, um longo caminho a ser percorrido, que consiste em efetivar em termos práticos as garantias sociojurídicas já elaboradas, o que se daria através do pleno funcionamento das instituições responsáveis pelo seu cumprimento.

O objetivo deste artigo é realizar uma análise detalhada do perfil da população idosa brasileira, procurando analisar os dados demográficos e censitários dos últimos anos com um olhar que ultrapasse uma observação meramente quantitativa e vislumbre também as implicações que esses números demonstram em relação à qualidade de vida desse segmento.

Dessa forma, apresentaremos aqui características específicas da população idosa, no que diz respeito aos vários aspectos da vida de um indivíduo, como o nível de escolaridade, as condições de moradia, o nível de renda e a participação no mercado de trabalho. Torna-se igualmente importante destacarmos aqui alguns recortes essenciais para a análise do segmento idoso, como a questão de gênero, por exemplo.

Pretendemos, assim, fornecer dados e observações que tracem um retrato fiel da população idosa brasileira, mostrando principalmente suas necessidades e debilidades, o que seria de grande importância para a formulação de políticas públicas eficientes, que conduzam a população idosa a condições de vida com qualidade e dignidade.

O aumento da expectativa de vida no Brasil

Observamos, nas últimas décadas, um expressivo aumento da expectativa de vida para a população brasileira, fato que pode ser comprovado estatisticamente pelos mais recentes censos demográficos realizados pelo

IBGE. De uma estimativa de 57 anos para os homens e 64 anos para as mulheres em 1980, avançamos rumo a uma expectativa de praticamente 64 anos para a população masculina e 71 anos para o segmento feminino. A Tabela 1 nos mostra a evolução da taxa de expectativa de vida no Brasil ao longo dos últimos 20 anos:

Tabela 1 – Expectativa de vida da população brasileira

Período	Homens	Mulheres
1980	57,2	64,3
1985	59,3	65,8
1991	62,2	69,8
1996	63,3	71,0
1998	63,9	71,4

Fonte: IBGE/IPEA, 1980/1998.

Podemos observar que a expectativa de vida feminina já supera em 8 anos a expectativa de vida masculina, o que representa uma diferença substancial. Esse fato traz conseqüências diretas para o planejamento social, uma vez que esse fator é um dado a ser considerado de forma determinante para os cálculos dos benefícios da Previdência, por exemplo.

Houve também um considerável avanço na expectativa de vida dentro da própria população idosa, o que pode ser observado através do conceito de “taxa de sobrevida”, que significa o período de vida posterior aos 60 anos vivido por um indivíduo. Um indivíduo do sexo masculino que atingisse 60 anos em meados de 1980, possivelmente, teria mais 10 anos de sobrevida nessa época. Em 1998, essa taxa já avançou para 13 anos de vida após a marca dos 60, sendo que para as mulheres essa taxa já atinge a estimativa de 15 anos de sobrevida.

Sem dúvida alguma, esses dados podem ser considerados “fria-mente” positivos, na medida em que indicam, genericamente, um aumento na qualidade de vida da população em geral; sem qualquer menção às conseqüências qualitativas do processo de envelhecimento social, onde se discutiriam questões como a pobreza e a exclusão social, por exemplo.

Evolução demográfica da população idosa brasileira

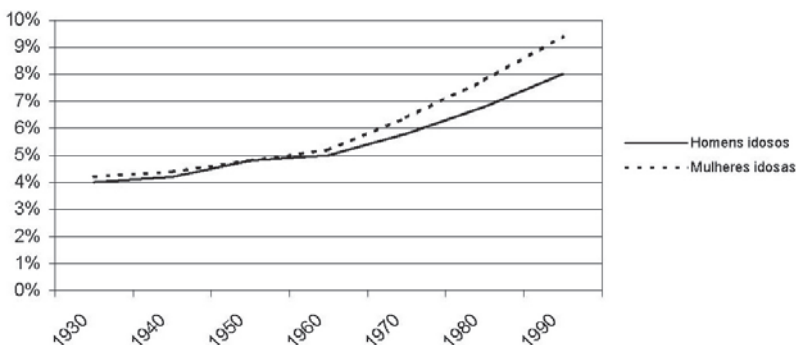
Segundo o Censo demográfico realizado pelo IBGE em 2002, estima-se que a população idosa brasileira, ou seja, indivíduos com 60 anos ou mais, atinja a marca de 15 milhões de habitantes. Analisando-se as condições de vida desse segmento, percebe-se uma grande heterogeneidade entre a população idosa: uma parcela desse grupo possui boas condições de acesso a serviços e à assistência social, enquanto outra parcela ainda se encontra privada de condições mínimas de bem-estar e qualidade de vida.

Observa-se também um aumento da população com idade acima dos 80 anos, estimados em 1,8 milhões de pessoas em 2002, o que representa cerca de 12% da população idosa e 1% da população total do país. Além disso, é importante destacar a predominância do sexo feminino entre a população idosa: as mulheres representam cerca de 55% desse segmento.

Os municípios brasileiros que apresentam o maior índice de idosos são Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e São Paulo, que possuem um percentual de 9% a 12% de idosos em seus territórios. Os municípios com menores concentrações de idosos estão situados na Região Norte do país, no caso Manaus, Porto Velho, Macapá e Boa Vista, além do município de Palmas, na Região Centro-Oeste, que se destaca com a menor população idosa do país. Essas cidades possuem menos de 5% de idosos em relação à sua população total.

O Gráfico 1 nos mostra o crescimento da população idosa em relação à população total do Brasil nos últimos anos, ao mesmo tempo em que destaca o crescimento do segmento feminino em relação ao segmento masculino:

Gráfico 1 – Evolução demográfica da população idosa no Brasil



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2002.

A superioridade de mulheres no segmento idoso é uma variável extremamente relevante a ser considerada, uma vez que tal característica exige a adoção de políticas públicas voltadas especificamente para a população feminina. Pensando em alguns referenciais envolvidos na questão do gênero na dinâmica da sociedade, podemos deduzir que a situação da mulher idosa não será a mesma do homem idoso.

Se remontarmos, por exemplo, à função tradicional de dedicação à família desempenhada por grande parte das mulheres ao longo da sua vida, podemos perceber possíveis desigualdades em sua condição socioeconômica em relação aos homens, uma vez essa situação delinearía um quadro de dependência financeira e impossibilidade de acumulação de bens ou de capital propriamente dito por parte da mulher.

Esse quadro exigiria uma ação governamental mais eficiente em relação à proteção e às garantias sociais para a mulher idosa, que dependeria desses benefícios, muito mais do que a parcela idosa masculina, que, possivelmente, conta com benefícios da previdência ou outras aquisições resultantes de uma vida produtiva dedicada ao trabalho.

O papel do idoso na instituição familiar

O segmento idoso no Brasil exerce um papel determinante na estrutura familiar de nossa sociedade. Tanto em termos quantitativos, quanto em termos qualitativos, a figura do idoso permanece central nas relações existentes no âmbito familiar.

Dentre a população idosa total, 62% desses indivíduos são chefes de família ou responsáveis por domicílios, segundo a denominação técnica do IBGE, enquanto outros 22% são cônjuges dos chefes de família, delineando um quadro onde 84% do segmento idoso ocupa uma posição central em seus lares, o que pode ser observado no Gráfico 2.

Gráfico 2

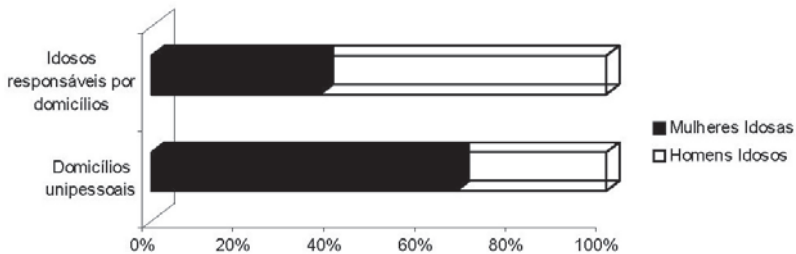


Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2002.

Segundo os dados do Censo Demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000, 20% dos domicílios do país possuem idosos como responsáveis, índice esse que aumentou em relação aos anos anteriores. Dentre esses idosos, cerca de 37% é do sexo feminino, enquanto ainda predominam os homens idosos como responsáveis por domicílios, representando cerca de 63% desse total (IBGE, 2002a).

Além disso, observou-se também, nos últimos anos, um aumento nos domicílios unipessoais, ou seja, aquelas residências onde vive apenas um indivíduo idoso, sendo que esse número passou de 15,4% em 1991 para 17,9 em 2000. Percebe-se um predomínio de mulheres idosas vivendo sozinhas, fato que pode ser justificado pela viuvez ou, também, pela maior incidência de um segundo casamento por parte dos homens viúvos ou divorciados, que deixam assim de viver sozinhos.

Gráfico 3



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Os indicadores mostram também que o índice de proprietários de casa própria aumenta proporcionalmente à idade: cerca de 82% dos idosos chefes de família situados entre 60 e 65 anos residem em domicílios já pagos ou quitados, sendo que esse índice tende a subir ligeiramente, conforme a faixa etária se torna mais velha.

O aspecto negativo nesse ponto é que mais de 40% dos domicílios chefiados por idosos não possuem saneamento básico ou o possuem de forma deficiente, o que compromete seriamente as condições de vida dessa população. Essa situação é mais grave nas regiões Norte e Nordeste, onde apenas 24,1% e 30,8% dos domicílios, respectivamente, possuem um sistema adequado de saneamento básico. Em contraste, a Região Sudeste possui praticamente 80% dos domicílios com saneamento básico adequado, ilustrando a extrema desigualdade regional em nosso país (ibid).

A saúde do idoso

Uma condição de vida saudável pode ser considerada um pressuposto para o desenvolvimento de uma vida produtiva e prazerosa. Sem essa condição, o exercício de uma atividade profissional e até mesmo a prática de atividades cotidianas podem ser comprometidas. Daí a importância de se zelar pela manutenção do pleno funcionamento de nossas funções físicas e biológicas.

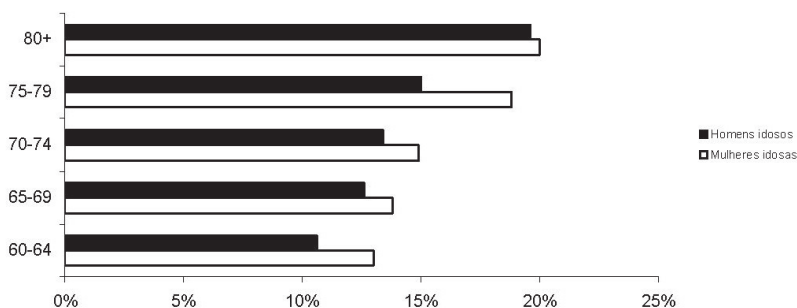
Esse deve ser um fator de maior atenção da população idosa, que, inerentemente, estará mais sujeita a debilidades, devido a sua idade

avançada, tornando necessário tanto a conscientização individual dos idosos em relação a esse problema quanto a implementação de políticas públicas específicas voltadas para o amparo a saúde do idoso.

Segundo dados do PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) realizado em 1998, 83% da população idosa avaliou seu estado de saúde como regular ou bom, o que se torna um índice no mínimo curioso, ao observarmos as condições dos serviços públicos de saúde em nosso país.

Seguindo uma evolução natural de acordo com a idade, percebe-se um aumento no número de indivíduos que deixam de realizar alguma atividade devido a problemas de saúde. Mais uma vez, os dados apresentados são surpreendentes, uma vez que esse índice permanece baixo, mesmo para a população idosa acima dos 80 anos, como indica o Gráfico 4.

Gráfico 4 – Percentual de idosos que deixam de realizar alguma atividade devido à problemas de saúde



Fonte: PNAD, 1998.

Analisando esses dados, apenas 20% dos idosos acima dos 80 anos afirmam ter abandonado alguma atividade, daí termos destacado o caráter inusitado dos resultados desta pesquisa. Dentre os problemas de saúde mais comuns entre a população idosa, destacam-se os problemas de coluna, a pressão alta e as doenças cardíacas, sendo estas as principais responsáveis pelos óbitos entre o segmento idoso.

É importante destacar também a diferença de gênero em relação às condições de saúde da população idosa: o índice de degeneração física e biológica é bem mais acentuado na mulher do que no homem, já que podemos perceber claramente que, em todas as faixas etárias, o percentual feminino é superior ao percentual masculino. Esse fato nos leva a indícios de que a qualidade de vida da mulher pode ser, genericamente, inferior à qualidade de vida do homem, o que levaria a uma debilidade física precoce.

Encontramos, neste momento, uma situação paradoxal. Conforme observado anteriormente, as mulheres possuem uma expectativa de vida superior à do homem, ao mesmo tempo em que apresentam uma degradação das condições de saúde mais acelerada em relação ao segmento masculino.

Esses dados devem ser observados com muito cuidado, uma vez que esses resultados baseiam-se em autodeclarações dos idosos, e não em análises clínicas seguras, que transmitam dados confiáveis em relação à saúde desses indivíduos. Uma análise sumária dos dados aqui apresentados nos levaria à conclusão de que as condições de saúde da população idosa no Brasil estariam próximas da perfeição, o que não condiz com a realidade, principalmente se observarmos as camadas mais pobres da população, que não possuem condições financeiras para utilizar os serviços privados de assistência à saúde.

Acreditamos ser uma constatação praticamente irrefutável que o sistema de saúde pública é um dos problemas mais graves de nosso país, visto o atendimento precário e ineficiente a que a população é submetida. Se pensarmos que grande parte da população é dependente desses serviços, fica difícil imaginar que a situação da população idosa, que depende mais ainda de uma boa assistência à saúde, esteja tão boa quanto dizem esses números.

Educação e escolaridade

Os indicadores relativos aos níveis educacionais do segmento idoso em nosso país são extremamente negativos. Reflexo de um passado em que a educação ainda era privilégio das classes sociais mais favorecidas,

o idoso de nossos dias é marcado pela falta de oportunidades de desenvolvimento e aprendizado que permeou a sua vida.

Estima-se em aproximadamente cinco milhões o número de idosos analfabetos, o que representa cerca de 35% do total do segmento. Percebe-se também uma ligeira superioridade de homens idosos alfabetizados em relação às mulheres idosas, o que não representa, porém, mais de 5% de diferença. Esse é um dos raros momentos em que não se observam diferenças extremas entre o homem idoso e a mulher idosa.

Apesar de esse índice ainda se mostrar negativo, o nível educacional da população idosa evolui bastante nos últimos anos, uma vez que, em 1991, os dados do IBGE indicavam 45 % de idosos analfabetos no Brasil:

Gráfico 5



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

Além do analfabetismo, que é a situação extrema em termos de deficiência educacional, a população idosa também apresenta índices baixíssimos em relação aos anos de estudos desenvolvidos. Dentre os idosos responsáveis por domicílios, obtém-se uma média de apenas 3,4 anos de estudo, o que significa o cumprimento de menos da metade do ensino fundamental (IBGE, 2002a).

Mais uma vez, a desigualdade regional existente no Brasil chama a atenção: observa-se que, nas Regiões Sul e Sudeste, a média de anos de estudo entre os indivíduos idosos ultrapassa os cinco anos, enquanto nas demais regiões esse índice se concentra absurdamente em torno de dois a três anos de estudo. O destaque negativo fica por conta dos estados de Tocantins e Maranhão, que apresentam a média de 1,5 anos de estudo para cada idoso, ou seja, quase toda uma população de idosos semi-alfabetizada (ibid.).

Com base nesses dados, observamos também que o Brasil enfrenta sérios problemas em relação ao interior do país. Comparando-se as médias de anos de estudo dos idosos residentes nas capitais com as médias dos idosos residentes no interior dos estados, percebem-se diferenças extremas:

Tabela 2

Estado	Média geral	Média na capital
Santa Catarina	3,7	Florianópolis - 7,2
Rio de Janeiro	5,4	Rio de Janeiro - 6,9
Rio Grande do Sul	4,1	Porto Alegre - 7,1
São Paulo	4,4	São Paulo - 5,7
Pará	2,6	Belém - 5,1
Pernambuco	2,5	Recife - 5,6
Ceará	2,1	Fortaleza - 4,7
Goiás	2,7	Goiânia - 4,9
Paraíba	1,9	João pessoa - 5,3
Piauí	1,6	Teresina - 3,5

Fonte: IBGE, Censo demográfico 2000.

Esses números ilustram a concentração de recursos e serviços nas regiões mais desenvolvidas, tornando estagnadas e atrasadas as demais áreas do país. Comparando-se o desenvolvimento e a qualidade de vida entre o interior e as capitais, percebemos duas situações completamente distintas, nas quais as condições precárias de sobrevivência nas cidades do interior levam grande parte da população dessas regiões a migrar para as grandes metrópoles, desencadeando um processo de inchaço populacional, favelização e desemprego nessas cidades.

Os dados referentes ao idoso são apenas alguns dentre vários outros, que poderiam ser tomados como exemplo das desigualdades existentes entre as regiões de nosso país. Diante desse quadro, torna-se preocupante pensar de que forma os possíveis benefícios sociais que gradualmente a população idosa está conquistando irão atingir as populações dessas regiões mais remotas ou até mesmo se chegarão lá.

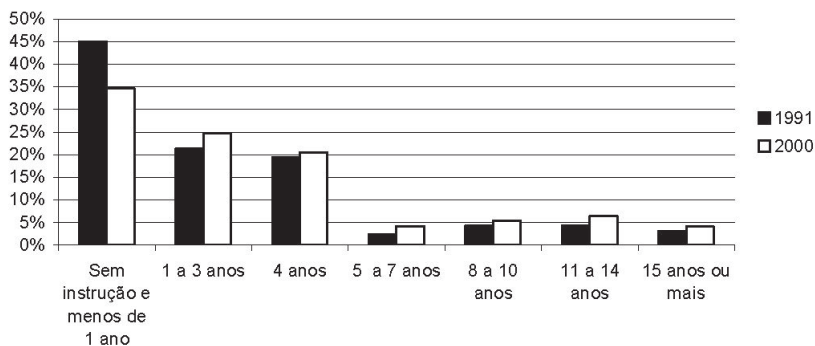
Sem dúvida, a população idosa urbana, principalmente aquela residente nas grandes cidades, desfrutará dos serviços e das garantias sociais

que lhe serão concedidas com muito mais eficiência do que a população rural ou a população do interior, o que compromete a validade dos benefícios e da proteção concedida ao segmento idoso. As políticas públicas voltadas para um envelhecimento saudável devem estar atentas a essa realidade do país, que nos mostra uma parcela da população idosa que, praticamente, viveu toda a sua vida em condições degradantes e, provavelmente, assim também viverá durante a sua velhice, desprovida de todo e qualquer amparo social.

Além do fator desigualdade regional e das baixas médias de anos de estudo dos indivíduos idosos, percebe-se uma quantidade mínima de idosos com alto nível de instrução, o que pode explicar em grande parte as más condições de vida da maioria dessa população.

O índice equivalente a 15 anos ou mais de estudo, que corresponderia ao nível superior completo, atinge apenas 4% da população idosa, caracterizando assim a maioria absoluta da população idosa como um segmento desprovido de uma qualificação profissional elevada. O Gráfico 6 nos mostra a distribuição dos idosos segundo seus anos de estudos, comparativamente, entre os anos de 1991 e 2000:

Gráfico 6 – Distribuição da população idosa responsável por domicílios segundo os anos de estudos



Fonte: IBGE (2002a).

Os índices relativos ao nível educacional da população idosa podem nos explicar, por exemplo, a dificuldade de permanência no mercado de trabalho e os baixos níveis de renda que iremos observar no próximo tópico. Fica difícil imaginar que indivíduos com baixíssimos níveis de escolaridade consigam bons empregos em uma sociedade capitalista baseada em uma forte competitividade no mercado de trabalho. Se, para os jovens e adultos, a competição pode significar o desemprego, o que dizer de uma pessoa idosa, que tem naturalmente sua capacidade de trabalho comprometida devido à idade avançada, aliando-se a esse fator uma baixa ou inexistente qualificação profissional, conforme observado nos índices acima analisados?

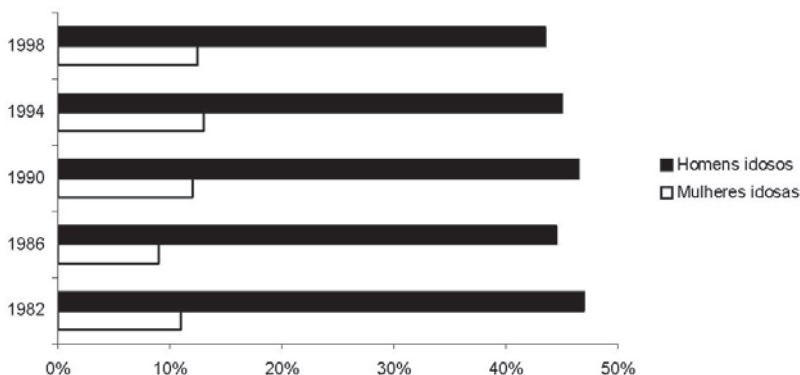
Provavelmente, esse não será o quadro das futuras gerações do envelhecimento futuro, uma vez que a sociedade brasileira está gradativamente conseguindo elevar seus níveis de escolaridade e até mesmo estender a qualificação profissional e a informação para classes sociais até então carentes.

Mas é necessário pensar no presente e nesses milhões de idosos que se encontram em situação de total desamparo, sem qualquer perspectiva de melhoria ou mudança, restando como esperança o dever do Estado em proteger e validar as garantias sociais voltadas para esse segmento. Daí o caráter urgente de implementar mecanismos eficientes de controle e fiscalização para o cumprimento dos direitos e das garantias sociais do idoso.

O idoso no mercado de trabalho

A população idosa brasileira apresenta um grande percentual de indivíduos que ainda realiza algum tipo de atividade profissional. Essa taxa é bem superior para o segmento masculino: os índices do IBGE nos mostram que praticamente metade da população idosa masculina ainda trabalha, enquanto esse número não chega a 20% entre o segmento feminino, como nos mostra o Gráfico 7.

Gráfico 7 – Proporção de idosos inseridos no mercado de trabalho



Fonte: PNAD, 1981/1998.

O alto índice de participação masculina no mercado de trabalho pode ser explicado pelo ineficiente sistema de Previdência Pública, o que obriga os indivíduos idosos a continuarem exercendo uma atividade profissional como forma de compensar o baixo valor do benefício da aposentadoria.

Em relação às mulheres, retornamos novamente à questão do seu papel tradicional como chefe do lar. Isso, provavelmente, impossibilitou que desenvolvessem uma atividade profissional, fazendo com que as mulheres idosas apresentem nesse aspecto um índice baixo, em comparação com os dados masculinos.

A situação das mulheres idosas ilustra muito bem o cenário de desamparo e exclusão enfrentado pelo segmento idoso em nosso país, já que “Os idosos têm um status diferente das demais faixas etárias, e isto é igualmente verdadeiro para homens e mulheres. A situação das mulheres idosas, possivelmente, reflete em grande medida a estratificação social mais ampla e a discriminação da sociedade contra os idosos” (Veras, 2001, p. 16).

A falta de oportunidades de trabalho para a população idosa pode ser claramente percebida quando observamos o tipo de atividade exercida por esse segmento populacional. Praticamente metade dos idosos em atividade profissional trabalha por conta própria, e isso priva-os das garantias trabalhistas e de condições dignas de trabalho.

Tabela 3

Atividade profissional	Mulheres Idosas	Homens Idosos
Trabalho por conta própria	41%	55,1%
Empregado	13%	28,2%
Empregador	4%	11%
Trabalho doméstico	13,4%	2%
Atividade não-remunerada	22,5%	3%

Fonte: PNAD, 1998.

Outro dado interessante consiste no índice de trabalho não-remunerado, como atividades voluntárias, por exemplo: mais de 20% das mulheres idosas encontram-se nessa categoria. Reforçando a idéia da falta de desenvolvimento profissional da mulher ao longo de sua existência e de condições de vida degradantes na velhice, observamos nesses dados um alto índice de mulheres idosas que exercem atividade doméstica, o que significa uma remuneração baixa e um trabalho árduo.

Acrescenta-se a isso o fato de os idosos não acompanharem, em sua maioria, as inovações tecnológicas nos modos de produção e nas atividades profissionais em geral: cerca de 20% da população idosa afirma ter tido dificuldades para se adaptar a novos equipamentos (Ipea, 1999).

Percebemos, em relação à população masculina, uma situação bem mais confortável: uma boa parcela desse grupo é dona de seu próprio negócio (empregadores) e um segmento considerável trabalha como empregado, o que configura um quadro bem mais favorável em relação à mulher idosa. Interessante perceber também que apenas uma parcela ínfima do segmento masculino desenvolve atividade não-remunerada, o que contrasta claramente com a proporção feminina.

É importante destacar que, dentre os indivíduos idosos que continuam a exercer uma atividade profissional, 60% do segmento masculino recebe o benefício da aposentadoria, enquanto 40% da parcela feminina também já está aposentada, reforçando a hipótese de que esse benefício é insuficiente, sendo assim necessária a complementação de renda através da continuidade do exercício profissional (IBGE, 2002a).

O quadro de degradação do idoso ainda pode ser ilustrado pelo fato de que mais de 70% dos homens idosos afirmaram trabalhar em uma jornada de 40 horas semanais, enquanto cerca de 40% das mulheres também se submetem a essa carga horária excessiva. Ressaltamos, mais uma vez, a importância de um sistema de Previdência Pública que faça jus à contribuição que o trabalhador pagou durante toda a sua vida produtiva, e que deveria lhe garantir um envelhecimento saudável e prazeroso, o que não condiz com a realidade observada em nosso país.

A renda média da população idosa

As condições econômicas dos idosos no Brasil melhoraram muito ao longo das últimas duas décadas. Apesar de ainda estarmos longe de uma situação ideal, percebemos, atualmente, um quadro positivo devido, dentre outros fatores, à extensão dos benefícios da Previdência à grande maioria do segmento idoso. Podemos observar um crescimento substancial em comparação aos níveis de rendimento da população idosa de alguns anos atrás.

Comparando a situação atual com o passado recente do idoso no Brasil, tínhamos, em 1981, um quadro alarmante, no qual 37,4% das mulheres idosas não possuía qualquer tipo de fonte de renda, enquanto, entre a população idosa masculina, esse índice não atingia 3%. Já em 1998, o percentual de mulheres idosas que não possuíam rendimentos caiu para 18,1%, índice que, apesar de significar uma melhoria na condição de vida desse segmento, ainda pode ser considerado um número alto, uma vez que significa que quase 1/5 das mulheres idosas de nosso país vivem sob a dependência de outras pessoas e sem a garantia de benefício social por parte do governo (ibid).

Além disso, a população idosa apresenta um quadro bastante heterogêneo em relação ao nível de seus rendimentos, observando-se grandes diferenças entre as zonas rural e urbana, e também uma extrema disparidade comparando-se as regiões do Brasil.

Em um nível geral, a renda média da população dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil passou de R\$403,00 em 1991 para R\$657,00

no ano 2000, o que significa um crescimento relativo de 63% no nível de renda desse segmento. Porém, esse quadro torna-se desfavorável quando comparamos os rendimentos segundo alguns referenciais internos do país (IBGE, 2002b).

O Tabela 4 mostra detalhadamente a heterogeneidade entre os níveis de rendimento da população idosa no Brasil no ano 2000, merecendo destaque tanto a desigualdade entre as cinco grandes regiões quanto a desigualdade urbano-rural observada.

Tabela 4

Região	Total (R\$)	Zona Urbana (R\$)	Zona Rural (R\$)
Brasil	657,00	739,00	297,00
Região Sudeste	835,00	879,00	398,00
Região Sul	661,00	730,00	399,00
Região Nordeste	386,00	474,00	198,00
Região Centro-oeste	754,00	789,00	546,00
Região Norte	438,00	502,00	280,00

Fonte: IBGE, PNAD 2000.

Podemos observar que o nível dos rendimentos dos idosos responsáveis por domicílios especificamente localizados nas zonas urbanas alcança a média de R\$739,00, contra uma renda média de apenas R\$297,00 nos domicílios rurais, o que representa uma diferença de aproximadamente 40% entre os níveis de renda.

Mesmo quando analisadas separadamente, todas as regiões do Brasil apresentam grandes disparidades entre as zonas urbana e rural, independentemente das diferenças de desenvolvimento entre elas. A região Sudeste, por exemplo, apresenta um desnível de 63,7% entre os rendimentos das zonas rural e urbana. Confirmamos, mais uma vez, a absurda situação de desigualdade existente em nosso país, de modo que não seria exagerado afirmar que existem vários “Brasis” dentro no nosso Brasil, senso que o idoso está inserido nesse contexto e sofre suas conseqüências. Sorte daqueles que residem nas áreas mais favorecidas, azar dos outros que vivem uma luta diária pela sobrevivência em áreas remotas e esquecidas de nosso país.

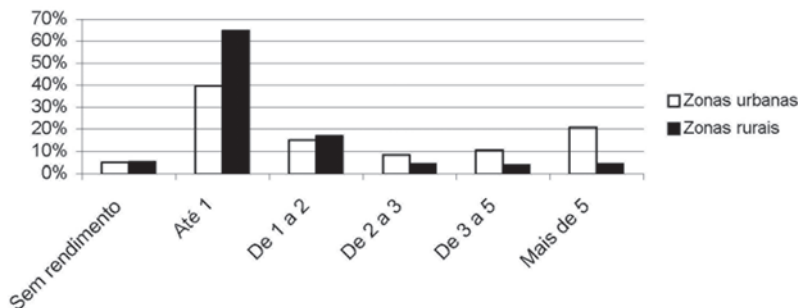
Reforçando este comentário, podemos tomar como exemplo a renda nominal média dos idosos responsáveis por domicílios segundo os estados de nosso país; no Distrito Federal obtém-se a excelente média de R\$1796,00, em São Paulo alcança-se a marca de R\$893,00, e no Maranhão o ínfimo índice de R\$287,00 (ibid., 2002b).

Ainda em termos de renda nominal, percebemos a grande maioria da população idosa concentrada na faixa daqueles que recebem apenas um salário mínimo, surgindo assim mais um dado que ilustra a situação degradante desse segmento em nosso país.

Outra característica importante a ressaltar em relação aos rendimentos nominais da população idosa é a discrepância entre as zonas rural e urbana: cerca de 65% do segmento idoso localizado nas zonas rurais ganha até um salário mínimo, enquanto entre a população urbana esse índice não passa de 40%. Além disso, mais de 20% dos idosos urbanos possuem uma renda acima de cinco salários mínimos, enquanto entre a população rural esses indivíduos não chegam a 5% (IBGE, 2002a).

O Gráfico 8, elaborado a partir dos dados do Censo demográfico realizado pelo IBGE no ano 2000, expressa claramente a situação degradante do segmento idoso, principalmente nas áreas rurais menos favorecidas do país.

Gráfico 8 – Rendimento nominal em salários mínimos dos idosos responsáveis por domicílios no Brasil



Fonte: IBGE (2002b).

A análise dos indicadores dos rendimentos da população idosa no Brasil tem que ser observada enquanto consequência da situação de desemprego e exclusão enfrentada por esses indivíduos ao longo de sua vida. Quando analisamos a renda como uma consequência das oportunidades de desenvolvimento proporcionadas aos indivíduos, queremos dizer que tal indicador é reflexo das condições de acesso ao conhecimento, à qualificação profissional e à inserção social, dentre outros fatores.

Isso significa que a consolidação de oportunidades de desenvolvimento social minimamente igualitárias para todos os indivíduos, provavelmente, terá como resultado boas oportunidades de atividade profissional e, conseqüentemente, um bom nível de renda. Como observamos indicadores extremamente negativos em relação à população idosa em geral no Brasil, é simples perceber que tal segmento não poderia realmente apresentar indicadores positivos em relação à renda, uma vez que seus níveis de escolaridade e inserção no mercado de trabalho formal são muito baixos, o que afeta diretamente a sua possibilidade de evolução ou ascensão social.

Sendo assim, para se modificar esse quadro, é necessário um planejamento a longo prazo, no qual as políticas públicas devem atuar sobre os indivíduos, de modo que os capacitem em termos de informação, educação e qualificação suficiente para o desenvolvimento de suas potencialidades, o que viabilizaria boas oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Quanto maior o *status* adquirido ao longo da vida de um indivíduo, maior será, provavelmente, a sua qualidade de vida na velhice.

Conclusão

A análise aprofundada das características socioeconômicas da população idosa brasileira, aqui realizada, leva-nos à conclusão de que é equivocada a constatação comumente difundida de que os nossos idosos possuem uma crescente melhoria em sua qualidade de vida, uma vez que vivem uma vida mais longa e duradoura. O aumento da expectativa de vida não indica, necessariamente, uma boa qualidade de vida para esses indivíduos que vivem mais, e os indicadores aqui analisados mostram

claramente que a maioria absoluta da população idosa viveu e ainda vive sob condições precárias de sobrevivência.

Esse cenário torna-se ainda pior se pensarmos que na condição de idoso essa situação é praticamente irreversível, uma vez que esses indivíduos não mais possuem oportunidades sociais e características físicas que lhes permitam uma mudança radical da situação adquirida ao longo de toda a sua vida. Enfim, em vez de dizermos que o idoso vive mais, seria mais adequado afirmar que ele “tenta sobreviver”, observando-se a realidade e as condições perversas a que está exposto. É igualmente importante destacar que o idoso possui múltiplas faces, conforme aqui constatado: a idosa mulher, o idoso homem residente em uma grande metrópole e o conjunto de idosos de uma zona rural, por exemplo, possuem um perfil extremamente desigual, o que os leva a terem problemas e apresentarem necessidades igualmente desiguais.

Diante do quadro de profunda desigualdade social que observamos em nosso país, temos que estar atentos aos recortes mais específicos dessa desigualdade, tais como a desigualdade regional e a desigualdade de gênero. Assim sendo, a formulação de políticas públicas eficientes para a população idosa deve estar atenta a todos os enfoques que dizem respeito à condição de ser idoso, e dessa forma, atender às necessidades múltiplas e fragmentadas desse segmento, que não é tão uniforme, e muito menos feliz, quanto parece ser.

Referências

- CAMARANO, A. (org.) (1999). *Muito além dos 60: os novos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro, IPEA.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1996). *Pesquisa Mensal de Emprego (PME)*. Rio de Janeiro.
- ____ (1998). *Programa Nacional por Amostra de Domicílio*. Rio de Janeiro.
- ____ (2002a). *Relatório sobre o Envelhecimento*. Rio de Janeiro.
- ____ (2002b). *Perfil dos Idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil 2000*. Rio de Janeiro.
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (1999). *Acesso ao capital dos idosos brasileiros*. Rio de Janeiro.

NERI, M.; NASCIMENTO, M. e PINTO, A. (1999). *O acesso ao capital dos idosos brasileiros: uma perspectiva do ciclo da vida*. Rio de Janeiro, IPEA.

VERAS, R. (org.) (2001). *Velhice numa perspectiva de futuro saudável*. Rio de Janeiro, UERJ/Unati.

Data de recebimento: 24/1/2007; Data de aceite: 15/2/2007.

Fabio Roberto Bárbolo Alonso – Professor, bacharel e licenciado em Ciências Sociais/UERJ, mestre em Ciências Jurídicas e Sociais/UFF, doutorando em Demografia pela Unicamp. E-mail: fabioallonso@bol.com.br